



**É POSSÍVEL
SALVAR
A EUROPA?**



**THOMAS
PIKETTY**

TRADUÇÃO DE RENATA TEODORO DE ASSIS



**É POSSÍVEL
SALVAR A EUROPA?**

É POSSÍVEL SALVAR A EUROPA?

CRÔNICAS 2004-2011

THOMAS
PIKETTY

TRADUÇÃO DE RENATA TEODORO DE ASSIS



Copyright © Les Liens qui Libèrent, 2012

Publicado mediante acordo especial com Les Liens qui Libèrent em conjunto com seus agente e coagente devidamente designados, L'Autre Agence e Villas-Boas & Moss Agência Literária.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida em nenhum formato, ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem e recuperação de informações sem a permissão por escrito da editora.

TÍTULO ORIGINAL

Peut-on sauver l'Europe?

PREPARAÇÃO

Luísa Ulhoa

REVISÃO

Isabela Fraga

DIAGRAMAÇÃO DE MIOLO

ô de casa

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P685c

Piketty, Thomas

É possível salvar a Europa?: crônicas 2004-2011 / Thomas Piketty; tradução Renata Teodoro de Assis. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

272 p.: il.; 23 cm.

Tradução de: Peut-on sauver l'Europe?: chroniques 2004-2012

ISBN 978-85-8057-852-2

1. Crônicas. 2. França - Política econômica. I. Assis, Renata Teodoro de.
II. Título.

15-26193

CDD: 840

CDU: 821.133.1

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99/3º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

Sumário

Prefácio · 11
Janeiro de 2012

Viva Milton Friedman! · 21
2004-2006

Partido Socialista: enfim o esclarecimento · 23
20 de setembro de 2004

Sarkozy no ataque das heranças · 26
18 de outubro de 2004

Sarkozy: oito meses de trapalhadas em Bercy · 29
15 de novembro de 2004

Contrato de trabalho: Borloo mistura tudo · 32
13 de dezembro de 2004

Uma escolha ruim para a pesquisa · 35
10 de janeiro de 2005

Cotas, uma escolha ruim · 38
7 de fevereiro de 2005

O preço de um filho · 41
7 de março de 2005

Rumo a um sistema fiscal internacional? · 44
4 de abril de 2005

Bolkestein não é Frankenstein · 47
2 de maio de 2005

Dos portugueses aos polacos · 50
30 de maio de 2005

Sair da armadilha blairista · 53
27 de junho de 2005

Reforma do imposto: quero só ver! · 56
12 de setembro de 2005

Bloqueios alemães · 59	
<i>10 de outubro de 2005</i>	
Um congresso do PS que evita as questões incômodas · 62	
<i>7 de novembro de 2005</i>	
Zep: a discriminação positiva ao estilo francês · 65	
<i>5 de dezembro de 2005</i>	
Deveríamos tributar o valor adicionado? · 68	
<i>30 de janeiro de 2006</i>	
Heranças, a liberdade ao tributar · 71	
<i>27 de fevereiro de 2006</i>	
Refletir sobre um novo CDI · 74	
<i>27 de março de 2006</i>	
O PS faz sua apresentação fiscal · 77	
<i>29 de maio de 2006</i>	
Imposto vinculado, terreno minado · 80	
<i>26 de junho de 2006</i>	
Acabar com o imposto sobre as heranças? · 83	
<i>28 de agosto de 2006</i>	
O bom uso da concorrência escolar · 86	
<i>25 de setembro de 2006</i>	
Corrida obstinada rumo ao salário mínimo · 89	
<i>23 de outubro de 2006</i>	
Viva Milton Friedman · 92	
<i>20 de novembro de 2006</i>	
O poder de compra está caindo? · 95	
<i>18 de dezembro de 2006</i>	
<i>Um trilhão de dólares · 99</i>	
<i>2007-2009</i>	
Oponível... Mas eficaz? · 101	
<i>15 de janeiro de 2007</i>	
Promessa fiscal impossível · 104	
<i>12 de fevereiro de 2007</i>	

As eleições presidenciais nas carteiras das escolas · 107	
	<i>12 de março de 2007</i>
O machismo econômico · 110	
	<i>9 de abril de 2007</i>
Isso nunca mais · 113	
	<i>10 de maio de 2007</i>
Proprietários: a subvenção absurda · 116	
	<i>4 de junho de 2007</i>
TVA social, uma falsa resposta · 119	
	<i>27 de agosto de 2007</i>
Dividendos: a fivela foi afivelada · 122	
	<i>22 de outubro de 2007</i>
Aposentadoria: bem-vinda em 2008! · 125	
	<i>19 de novembro de 2007</i>
O suplício das 35 horas · 128	
	<i>17 de dezembro de 2007</i>
Civilização ou moral das famílias · 131	
	<i>14 de janeiro de 2008</i>
Attali, mais blá-blá-blá do que Attila · 134	
	<i>11 de fevereiro de 2008</i>
Duelo Clinton-Obama sobre a saúde, essa calamidade americana · 137	
	<i>10 de março de 2008</i>
Rigor ou reforma · 140	
	<i>7 de abril de 2008</i>
Aposentadoria: basta de remendo · 143	
	<i>6 de maio de 2008</i>
Royal-Delanoë: conteúdo, depressa! · 146	
	<i>3 de junho de 2008</i>
Renda de Solidariedade Ativa: a farsa · 149	
	<i>2 de setembro de 2008</i>
Deveríamos salvar os banqueiros? · 153	
	<i>30 de setembro de 2008</i>
Um trilhão de dólares · 156	
	<i>28 de outubro de 2008</i>

Como se vota no Partido Socialista? · 159	
<i>25 de novembro de 2008</i>	
É necessário diminuir a TVA? · 162	
<i>23 de dezembro de 2008</i>	
Obama-Roosevelt, uma analogia enganosa · 165	
<i>20 de janeiro de 2009</i>	
Autonomia das universidades: a farsa · 167	
<i>17 de fevereiro de 2009</i>	
Lucros, salários e desigualdades · 170	
<i>17 de março de 2009</i>	
O desastre irlandês · 173	
<i>14 de abril de 2009</i>	
Bancos centrais, mãos à obra · 176	
<i>12 de maio de 2009</i>	
Desigualdades esquecidas · 179	
<i>9 de junho de 2009</i>	
Os mistérios do imposto de carbono · 182	
<i>7 de julho de 2009</i>	
As lições fiscais do caso Bettencourt · 185	
<i>8 de setembro de 2009</i>	
Findo o PIB, retornemos à renda nacional · 188	
<i>6 de outubro de 2009</i>	
Abaixo os impostos imbecis! · 191	
<i>3 de novembro de 2009</i>	
Quem serão os ganhadores da crise? · 194	
<i>1º de dezembro de 2009</i>	
Com ou sem programa? · 197	
<i>29 de dezembro de 2009</i>	
<i>Liliane Bettencourt paga impostos? · 201</i>	
<i>2010-2012</i>	
O juiz constitucional e o imposto · 203	
<i>26 de janeiro de 2010</i>	

Lucros recorde dos bancos: um caso político · 206	
	<i>23 de fevereiro de 2010</i>
Não, os gregos não são preguiçosos · 209	
	<i>23 de março de 2010</i>
Aposentadorias: voltemos à estaca zero · 212	
	<i>20 de abril de 2010</i>
A Europa contra os mercados · 215	
	<i>18 de maio de 2010</i>
Repensar os bancos centrais · 218	
	<i>15 de junho de 2010</i>
Liliane Bettencourt paga impostos? · 221	
	<i>13 de julho de 2010</i>
Aposentadorias: ansiamos por 2012! · 223	
	<i>14 de setembro de 2010</i>
Elementos para um debate tranquilo sobre o ISF · 226	
	<i>12 de outubro de 2010</i>
Devemos ter medo do Fed? · 229	
	<i>9 de novembro de 2010</i>
O escândalo do resgate dos bancos irlandeses · 231	
	<i>7 de dezembro de 2010</i>
O falso debate das 35 horas · 234	
	<i>11 de janeiro de 2011</i>
As quatro chaves da revolução fiscal · 237	
	<i>8 de fevereiro de 2011</i>
Regular (enfim) as pesquisas eleitorais · 240	
	<i>8 de março de 2011</i>
Japão: riqueza privada, dívidas públicas · 243	
	<i>5 de abril de 2011</i>
ISF: chega das mentiras do Estado · 246	
	<i>3 de maio de 2011</i>
Uma reforma fiscal para revalorizar o trabalho · 249	
	<i>31 de maio de 2011</i>
Grécia: por um imposto bancário europeu · 252	
	<i>28 de junho de 2011</i>

Aubry-Hollande: mais uma forcinha! · 255
<i>6 de setembro de 2011</i>
Quando Bercy manipula a imprensa · 257
<i>27 de setembro de 2011</i>
Pobre como Jobs · 260
<i>25 de outubro de 2011</i>
Repensar (depressa) o projeto europeu · 263
<i>22 de novembro de 2011</i>
Protecionismo: uma arma útil... na falta de coisa melhor · 266
<i>20 de dezembro de 2011</i>
Notas · 269

Prefácio

Janeiro de 2012

Este livro é uma coletânea das minhas crônicas mensais publicadas no jornal *Libération* entre setembro de 2004 e janeiro de 2012, sem qualquer correção ou edição.¹ Alguns textos envelheceram um pouco; outros, menos. Considerados em conjunto, eles consistem na tentativa de um pesquisador em ciências sociais de entender e analisar o mundo no seu dia a dia e de se envolver no debate público, procurando conciliar a coerência e a responsabilidade de pesquisador com as de cidadão.

O período de 2004-2012 foi profundamente marcado pela crise financeira mundial desencadeada em 2007-2008 — e ainda em curso. Existem muitas crônicas dedicadas a ela. Venho tentando, repetidas vezes, compreender o novo papel desempenhado pelos bancos centrais para evitar o colapso da economia mundial, bem como analisar as diferenças e os pontos comuns entre as crises irlandesa e grega. Isso sem esquecer os assuntos classicamente domésticos: justiça fiscal, reforma da previdência, futuro das universidades. Todas essas questões pesarão muito durante o debate presidencial do ano que se inicia. Perto do fim deste período, porém, um assunto ofusca todos os outros: estará a União Europeia à altura das esperanças que tantos depositam nela? A Europa voltará a ser a potência pública continental e o espaço de soberania democrática e poderá retomar o controle de um capitalismo globalizado que se tornou desvairado? Ou será ela, mais uma vez, apenas o instrumento tecnocrático da desregulamentação, da concorrência generalizada e do rebaixamento dos Estados perante os mercados?

Numa primeira análise, a crise financeira desencadeada no verão de 2007 com o começo do colapso dos *subprimes* nos Estados Unidos e depois, em setembro de 2008, com a falência do Lehman Brothers pode ser compreendida como a primeira crise do capitalismo patrimonial globalizado do século XXI.

Resumamos. A partir do início dos anos 1980, uma nova onda de desregulamentação financeira e de fé desmedida na autodisciplina dos mercados se abate sobre o mundo. A lembrança da depressão dos anos 1930 e dos cataclismos que a acompanharam se esvai. A “estagflação” (mistura de estagnação econômica e inflação) dos anos 1970 mostrou os limites do consenso keynesiano dos anos 1950-1960, criado sob regime de urgência no contexto particular do pós-guerra. Com o fim da reconstrução e do grande crescimento dos Trinta Gloriosos — intervalo compreendido entre 1945 e 1975, os anos mágicos do período pós-guerra —, o processo de expansão indefinida do papel do Estado e das arrecadações obrigatórias que esteve em curso nos anos 1950-1960 é, naturalmente, questionado.² O movimento de desregulamentação começa em 1979-1980 nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde a insatisfação cresce pelo fato de os dois países terem sido alcançados — ou, no caso britânico, até ultrapassado — por Japão, Alemanha e França. Seguindo essa onda de insatisfação, Reagan e Thatcher explicam que o Estado é o problema e não a solução. Eles propõem uma saída do Estado de bem-estar social que enfraqueceu os empreendedores anglo-saxões e uma volta a um capitalismo puro, como era antes da Primeira Guerra Mundial. O processo se acelera e se estende à Europa continental a partir de 1990-1991. A queda da União Soviética deixa o capitalismo sem rival e inaugura uma fase na qual começamos a crer no “fim da história” e num “novo crescimento” que se apoia numa euforia perpétua da bolsa.

No início dos anos 2000, as capitalizações da bolsa e de imóveis da Europa e dos Estados Unidos igualam, e depois ultrapassam, os recordes históricos anteriores, que datam de 1913. Em 2007, às vésperas da crise, o total de patrimônios financeiros e imobiliários (descontadas as dívidas) em poder das famílias francesas atinge 9,5 trilhões de euros, ou seja, quase seis anos de renda nacional. A fortuna dos franceses cai ligeiramente em 2008-2009, mas volta a subir a partir de 2010 e hoje ultrapassa os 10 trilhões. Se

colocarmos esses valores em perspectiva histórica, perceberemos que, em um século, os patrimônios nunca estiveram tão bem. O patrimônio líquido privado representa hoje o equivalente a quase seis anos da renda nacional, contra menos de quatro anos na década de 1980 e menos de três anos na década de 1950. Seria necessário voltar à Belle Époque (1900-1910) para encontrar tamanha prosperidade das fortunas francesas, com uma razão patrimônio/renda da ordem de seis a sete.³

Vemos, aliás, que a atual prosperidade da riqueza privada não é uma simples consequência da desregulamentação. É também, e acima de tudo, um fenômeno de recuperação de longo prazo, em consequência dos choques violentos da primeira metade do século XX, e está ligado ao crescimento fraco dos últimos decênios, que conduz automaticamente a elevadíssimas razões patrimônio/renda. O resultado duradouro é que vivemos agora um período histórico no qual os patrimônios nos países ricos se comportam muito bem, enquanto a produção e a renda crescem em ritmo mais lento. Na época dos Trinta Gloriosos, pensávamos de maneira equivocada que havíamos passado para outro estágio do capitalismo, um capitalismo sem capital de qualquer espécie. Tratava-se apenas, na verdade, de uma fase transitória correspondente ao capitalismo de reconstrução. No longo prazo, não pode existir outro capitalismo que não o patrimonial.

Assim, a desregulamentação ocorrida a partir dos anos 1980-1990 criou outra dificuldade: tornou o sistema financeiro e o capitalismo patrimonial deste início do século XXI particularmente frágeis, voláteis e imprevisíveis. Seções inteiras da indústria financeira se desenvolveram sem nenhum controle, sem uma regulamentação prudente, sem uma prestação de contas efetiva. Mesmo as estatísticas financeiras internacionais mais elementares estão marcadas por incoerências sistemáticas. Por exemplo, em âmbito mundial, as posições financeiras líquidas são todas negativas, o que, obviamente, é impossível, a não ser que fôssemos em média propriedade do planeta Marte... Mas é provável que, como recentemente mostrou Gabriel Zucman,⁴ essa incoerência indique que uma parte considerável dos ativos financeiros mantidos nos paraísos fiscais por não residentes não é registrada de forma correta. Isso afeta sobretudo a posição líquida exterior da zona do euro, muito mais positiva do que sugerem as estatísticas oficiais. A razão é sim-

ples: os europeus abastados têm grande interesse em esconder uma parte de seus ativos, e a União Europeia não faz, por ora, o que deveria — e o que poderia — para dissuadi-los.

De maneira mais geral, a divisão política da Europa e sua incapacidade de união fragilizam muito o continente diante da instabilidade e da opacidade do sistema financeiro. Para impor regras fiscais e prudenciais apropriadas às instituições financeiras e aos mercados globalizados, é bastante evidente que o Estado-nação europeu do século XIX não é mais a melhor medida.

A Europa sofre ainda outra dificuldade. Sua moeda, o euro, e seu banco central, o Banco Central Europeu (BCE), foram concebidos no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 (as cédulas de euro entraram em circulação em janeiro de 2002, mas o Tratado de Maastricht foi ratificado por referendo em setembro de 1992) — um momento no qual se pensava que os bancos centrais tinham por única função ficar de braços cruzados, ou seja, garantir que a inflação permanecesse baixa e que a oferta monetária aumentasse, *grosso modo*, no mesmo ritmo que a atividade econômica. Depois da “estagflação” dos anos 1970, os governantes e a opinião pública foram convencidos de que os bancos centrais deveriam, antes de tudo, ser independentes do poder político e ter por único objetivo uma taxa de inflação baixa. Foi assim que acabaram criando, pela primeira vez na história, uma moeda sem Estado e um banco central sem governo.

No entanto, esqueceram que, em momentos de grandes crises econômicas e financeiras, os bancos centrais constituem um instrumento indispensável para estabilizar os mercados financeiros e evitar tanto as falências em cascata quanto uma depressão econômica generalizada. Essa recuperação do papel dos bancos centrais é a maior lição da crise financeira dos últimos anos. Se os dois maiores bancos centrais do mundo, o Federal Reserve (Fed) americano e o BCE, não tivessem imprimido quantidades consideráveis de cédulas (várias dezenas de pontos do produto interno bruto [PIB] em 2008-2009) para emprestar a taxas baixas — 0-1% — aos bancos privados, é provável que a depressão tivesse alcançado uma amplitude comparável à dos anos 1930, com taxas de desemprego superiores a 20%. Felizmente, tanto o Fed como o BCE souberam evitar o pior e não reproduziram os erros “liquidacionistas” dos anos 1930, época em que deixaram os bancos

quebrarem um atrás do outro. O poder infinito de criação monetária, detido pelos bancos centrais, sem dúvida deve ser seriamente limitado. Entretanto, diante de grandes crises, abrir mão de tal instrumento e do papel essencial de credor de última instância seria um suicídio.

Por outro lado, se esse pragmatismo monetário permitiu evitar o pior em 2008-2009 e apagar provisoriamente o incêndio, foi por culpa dele que não houve um questionamento efetivo sobre as razões estruturais do desastre. A supervisão financeira fez progressos muito tímidos desde 2008, e fingimos ignorar como a crise teve origens na desigualdade: a estagnação da renda das classes populares e médias e o aumento da desigualdade, em particular nos Estados Unidos (onde quase 60% do crescimento foi absorvido pelo 1% mais rico entre 1977 e 2007), contribuíram de maneira clara para a explosão do endividamento privado.⁵

Acima de tudo, o resgate dos bancos privados pelos bancos centrais em 2008-2009 não impediu que a crise entrasse numa nova fase em 2010-2011, com a crise das dívidas públicas da zona do euro. O ponto importante a observar aqui é que essa segunda parte da crise, que nos preocupa hoje, só diz respeito à zona do euro. Os Estados Unidos, o Reino Unido e o Japão estão mais endividados ainda (com respectivamente 100%, 80% e 200% do PIB em dívida pública, contra 80% para a zona do euro), mas não conhecem a crise da dívida. E por uma razão simples: o Federal Reserve americano, o Banco da Inglaterra e o Banco do Japão emprestam a seus respectivos governos a taxas baixas — menos de 2% —, o que permite acalmar os mercados e estabilizar suas taxas de juros. Em comparação, o BCE emprestou muito pouco aos Estados da zona do euro — daí a crise atual.

Para explicar esse comportamento específico do BCE, é comum evocar os traumas ancestrais da Alemanha, que temeria recair na hiperinflação dos anos 1920. Esse caminho não me parece muito convincente. Todo mundo sabe que não temos uma hiperinflação à nossa espreita. O que ameaça a Europa hoje é muito mais uma longa recessão deflacionária com uma baixa ou uma estagnação dos preços, dos salários e da produção. Na verdade, a enorme criação monetária de 2008-2009 não provocou nenhuma inflação significativa. Os alemães sabem disso tão bem quanto nós.

Uma explicação potencialmente mais satisfatória é que, depois de muitas décadas de difamação do poder público, achamos mais natural socorrer

os bancos privados do que os governos. Entretanto, nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde essa difamação atingiu o apogeu, os bancos centrais enfim souberam se mostrar pragmáticos e não hesitaram em comprar maciçamente a dívida pública.

Na realidade, o problema específico que a Europa tem que enfrentar — e a explicação principal de suas dificuldades — é simplesmente que a zona do euro e o BCE foram mal concebidos desde o início. Assim, é difícil — mas não impossível — reinstaurar as regras em plena crise. O erro fundamental foi ter imaginado que poderia haver uma moeda sem Estado, um banco central sem governo e uma política monetária comum sem uma política fiscal comum. Uma moeda comum sem uma dívida comum não funciona. A rigor, isso pode funcionar em tempos de calma, porém, com o passar do tempo, leva a uma explosão.

Ao criar uma moeda única, proibiu-se a especulação sobre as dezessete taxas de câmbio das moedas da zona do euro: não é mais possível apostar na queda do dracma em relação ao franco francês, ou na queda do franco francês em relação ao marco alemão. Contudo, não se previu que essa especulação sobre as taxas de câmbio seria substituída por uma especulação sobre as dezessete taxas de juros das dívidas públicas da zona do euro. Mas essa segunda especulação é, em grande medida, ainda pior do que a primeira. Quando somos atacados em nossa taxa de câmbio, ainda podemos escolher tomar a dianteira e desvalorizar nossa moeda, o que permite ao menos tornar o país mais competitivo. Com uma moeda única, os países da zona do euro perderam essa possibilidade. Em princípio, eles poderiam ganhar uma maior estabilidade financeira nessa troca — o que não é, obviamente, o caso.

A especulação das taxas de juros, que a Europa enfrenta agora, possui outra característica particularmente perversa: torna impossível organizar de maneira tranquila o reequilíbrio das finanças públicas. Os volumes em jogo são de fato consideráveis. Com uma dívida pública da ordem de 100% do PIB, pagar uma taxa de juros de 5%, em vez de 2%, aumenta a carga anual de juros da dívida em 5% do PIB, em vez de 2%. Ora, a diferença de 3% do PIB (60 bilhões de euros na França) representa a totalidade dos orçamentos de ensino superior, pesquisa, justiça e empregos! Assim, sem saber se a taxa de juros dentro de um ano ou dois será de 2% ou de 5%, é impossível instaurar um debate de-

mocrático sereno sobre as despesas que devem ser reduzidas e as arrecadações que devem ser aumentadas.

Essa situação preocupa ainda mais considerando que os Estados de bem-estar social europeus precisam de reformas, modernização e racionalização, não apenas para restabelecer o equilíbrio fiscal e garantir a continuidade financeira, mas antes de tudo para que possam assegurar um serviço público de maior qualidade, uma melhor resposta às situações individuais e direitos mais bem garantidos. A esquerda deve retomar a iniciativa em relação a essas questões, quer se trate da modernização do nosso sistema fiscal (que é ao mesmo tempo complexo e injusto e precisa ser reinstaurado com base no princípio “para uma mesma renda, um mesmo imposto”, na arrecadação na fonte e no imposto em base ampla e taxas baixas que constitui a “contribuição social generalizada” [*contribution sociale generalisée*, CSG]),⁶ da reformulação de nosso sistema de aposentadoria (atualmente dividido em diversos regimes, o que o torna incompreensível para os cidadãos e impossível de ser reformado de maneira consensual e com equidade)⁷ ou ainda da autonomia de nossas universidades (terceiro assunto-chave que, como as reformas fiscal e da previdência, não deve ser relegado à direita).

Contudo, enquanto a Europa estiver à mercê de grandes movimentos de especulação da taxa de juros, como conduzir com tranquilidade esse tipo de debate? Sejamos claros: o que acontece hoje na Espanha e na Itália, que possuem taxas de juros acima de 5-6%, pode muito bem acontecer na França nos próximos meses. Se a França vier a pagar por um longo período uma taxa de juros dessa ordem, ou mesmo de 4%, enquanto o Reino Unido, com o mesmo endividamento inicial, paga apenas 2% graças a seu Banco Central, então logo ficará muito difícil defender o euro na França. Se tal situação se prolongar, bastará um ou dois anos para a moeda comum tornar-se extremamente impopular.

O que fazer? Para pôr fim à especulação sobre as dezessete taxas de juros da zona do euro, a única solução duradoura é a mutualização da dívida, criando uma dívida comum (os “eurobônus”). Essa também é a única reforma estrutural que permitirá ao Banco Central Europeu desempenhar plenamente seu papel de credor de última instância. Com certeza, o BCE poderia, a partir de agora, comprar mais dívidas soberanas nos mercados, e

essa solução de urgência talvez desempenhasse um papel crucial nos próximos meses. Mas, mesmo que o BCE lide com dezessete dívidas diferentes, ele terá um problema impossível de resolver: qual dívida recomprar e a que taxa? Se o Fed tivesse que escolher a cada manhã entre a dívida do Wyoming, da Califórnia ou de Nova York, teria dificuldades em conduzir uma política monetária serena.

Para ter uma dívida comum, é necessário criar uma autoridade política federal forte e legítima. Não podemos criar os eurobônus para depois deixar que cada governo nacional decida quanto emitirá de dívida comum. E essa autoridade política federal não pode ser o Conselho dos Chefes de Estado ou o Conselho de Ministros das Finanças. É preciso dar um enorme passo em direção a uma união política e aos Estados Unidos da Europa — se não, mais cedo ou mais tarde daremos um grande passo para trás: a rejeição do euro. A solução mais simples seria confiar um verdadeiro poder orçamentário ao Parlamento Europeu. Entretanto, isso representaria um problema, pois ele reuniria os 27 países da UE, ou seja, muito além da zona do euro. Outra solução, evocada na minha crônica de 22 de novembro de 2011, consistiria em criar uma forma de “Senado orçamentário europeu”, assemelhando-se aos representantes de comissões de finanças e de assuntos sociais dos parlamentos nacionais dos países que desejam a mutualização de suas dívidas. Esse Senado teria primazia no poder de decisão das emissões de dívida comum (o que não impediria cada país de emitir sua dívida em âmbito nacional se assim o desejasse, mas essa não seria garantida coletivamente). O ponto importante é que esse Senado tomaria suas decisões com maioria simples, como em todos os parlamentos, e os debates seriam públicos, transparentes e democráticos.

Está aí toda a diferença em relação aos Conselhos de Chefes de Estado, que tendem ao *status quo* e à inércia, uma vez que se baseiam na unanimidade (ou quase unanimidade) e se reduzem, em essência, a conciliábulos privados. Quase nunca se toma uma decisão e, quando, por milagre, uma decisão unânime emerge, é quase impossível saber por que ela foi tomada. É o oposto de um debate democrático num ambiente parlamentar. Começar hoje uma negociação de um novo tratado europeu preservando uma lógica intergovernamental pura (com a única diferença de passar de uma regra de decisão de 100% para uma regra de 85% no seio dos Conselhos de Chefes

PREFÁCIO

de Estado) não basta para fazer frente aos nossos desafios. E não permitiria, evidentemente, criar eurobônus, que exigem muito mais ousadia na esfera da união política. Uma ousadia que os alemães, sem dúvida, demonstram bem mais do que o presidente francês — que ainda se vangloria da lógica intergovernamental pura, enquanto o partido alemão CDU (União Democrata Cristã) propõe a eleição de um presidente europeu em sufrágio universal. A esse respeito, seria necessário tomar suas palavras ao pé da letra ao formular proposições precisas. Esse é o desafio de 2012.

“Piketty transformou nosso discurso econômico.”

PAUL KRUGMAN



“Piketty é um fenômeno político, midiático e editorial surpreendente.”

EL PAÍS



“Piketty é brilhante.”

PIAÚÍ



“Thomas Piketty é o rock star da economia.”

THE GUARDIAN



“Leitores de mente aberta com certeza se verão incapazes de ignorar as evidências e os argumentos que Thomas Piketty traz à tona.”

FINANCIAL TIMES

